

Brasil

Energia Com a edição da MP das concessões, empresas veem oportunidade de desengavetar até oito projetos

Usinas esperam licença ambiental há dez anos

Daniel Rittner

De Brasília

Um conjunto de grandes em-presas tenta aproveitar a tramita-ção da medida provisória que permite a prorrogação das con-cessões de energia, no Congres-so Nacional, para resolver um dos impasses mais antigos do seto-: a situação de 11 usinas hidrelétricas licitadas pelo gover-no há dez anos ou mais, sem li-çença ambiental prévia e com regras anteriores ao modelo vi-gente desde 2004, que jamais conseguiram sair do papel.

As empresas veem chances reais de desengavetar pelo me- nos sete ou oito projetos, com potência de quase 2 mil me-gawatts (MW) e investimentos estimados em R\$ 10 bilhões, mas pedem mudanças que esbarram na burocracia do Ministério de Minas e Energia e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Agora, uma série de emendas parlamentares à MP 579 pode viabilizar essas hidrelétricas, que chegaram a um momento decisí-vo. A lista engloba empreendi-mentos, como Santa Isabel, no rio Araguaia (Pará/Tocantins), que é tocada por um consórcio de cinco pesos-pesados da indústria eletrointensiva — Alcoa, BHP Billi-ton, Camargo Corrêa, Vale e Voto-rantim. Outros exemplos são as usinas de São João e Cachoeirinha (no Paraná), cujas concessões são da Gerdau, e a de Itaocara (no Rio de Janeiro), da Light.

A primeira mudança pedida pelos empreendedores se refere ao novo prazo de concessão das usinas. Eles ganharam o direito de exploração comercial por 35 anos, mas já gastaram pelo me- nos uma década em tentativas fracassadas de avançar no licen-ciamento ambiental. Isso porque as hidrelétricas eram leiloadas, antes de 2004, sem a exigência de licença prévia. Agora, as em-presas querem que o período de concessão seja zerado e contado apenas a partir da emissão do si-nal verde dos órgãos ambientais, a fim de terem tempo suficiente para recuperar o investimento.

Outra alteração diz respeito ao pagamento pelo uso do bem públi-co (UBP). No modelo anterior, ganhava os leilões de novas usi-nas quem oferecesse o maior va-lor de outorga — hoje, o critério de disputa é a menor tarifa. Após sucessivos adiamentos, a cobran-

À espera de um destino

O longo vaivém de 11 hidrelétricas

Usina	Potência (MW)	Onde fica	Município	Assinatura da concessão	O que diz a Aneel
Baú I	110	Rio Doce	Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce (MG)	Novembro de 2001	Empreendedor pediu para devolver a concessão devido à inviabilidade ambiental. A Aneel concordou, mas a decisão está nas mãos do ministério
Cachoeirinha	45	Rio Chopim	Honório Serpa e Clevelândia (PR)	Abril de 2002	Obteve licença prévia em março de 2010. Empreendedor espera conseguir a licença de instalação no segundo semestre de 2012. Formulação dos projetos ambientais está em andamento
Couto Magalhães	150	Rio Araguaia	Santa Rita do Araguaia e Alto Araguaia (GO/MT)	Abril de 2002	Empreendedor pediu para devolver a concessão devido à inviabilidade ambiental. A Aneel concordou, mas a decisão está nas mãos do ministério
Cubatão	45	Rio Cubatão	Joinville (SC)	Outubro de 1996	Empreendedor informa ter problemas para avançar no licenciamento ambiental, junto ao Ibama e ao órgão estadual de Santa Catarina
Itaocara	145	Rio Paraíba do Sul	Itaocara e Iperibê (RJ)	Março de 2001	Projeto original foi alterado e dividido em duas usinas. Ibama emitiu licença prévia para Itaocara I, em dezembro de 2011, e empreendedor espera a licença de instalação para as próximas semanas
Itumirim	50	Rio Corrente	Aporé e Serranópolis (GO)	Julho de 2000	Empreendimento sob processo judicial. O EIA-Rima encontra-se em análise pelo Ibama, mas não há previsão de cronograma factível
Murta	120	Rio Jequitinhonha	Coronel Murta (MG)	Março de 2001	Estudos de otimização do projeto básico estão em análise
Olho D'Água	33	Rio Doce	Itajá e Itarumã (GO)	Dezembro de 2002	Previsão do empreendedor era obter as licenças prévia e de instalação ainda em 2012
Pai Querê	292	Rio Pelotas	Lages e Bom Jesus (SC/RS)	Abril de 2002	Documentação relativa ao registro de quatro audiências públicas realizadas em maio foi protocolada no Ibama, em maio, e empreendedor aguarda a emissão de licença prévia
Santa Isabel	1.087	Rio Araguaia	Ananás e Palestina do Pará (TO/PA)	Abril de 2002	Ibama aprovou o termo de referência para o EIA-Rima e empreendedor tenta obter licença prévia, após realização de audiências públicas
São João	60	Rio Chopim	Honório Serpa e Clevelândia (PR)	Abril de 2002	Obteve licença prévia em março de 2010. Empreendedor espera conseguir a licença de instalação no segundo semestre de 2012. Formulação dos projetos ambientais está em andamento

Fonte: Aneel

ça da UBP passou a ser feita em junho de 2012, mesmo para hidrelétricas que ainda não geram um único megawatt de energia.

Trata-se de uma conta salgada: só 8 das 11 usinas, que represen-tam 90% dos 2.117 MW que po-dem ser acrescentados ao parque gerador, devem pagar uma taxa de R\$ 18,5 milhões por mês.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já decidiu a favor das empresas, tanto no que se refe-re ao prazo de concessão por mais 34 anos (um a menos do pleito ori-ginal) quanto sobre o adiamento da cobrança de UBP, mas nada dis-so tem efeito prático. Para mudar a situação das hidrelétricas, o Minis-tério de Minas e Energia e o Tesou-ro precisam mexer nos dois assun-tos, porque a decisão da agência tem caráter apenas de “recomenda-ção”. As usinas só escaparam do pagamento da taxa, até agora, gra-ças a liminar obtida na Justiça Fe-deral de Brasília.

Emendas apresentadas pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e pelo deputado Eduar-do Sciarra (PSD-PR) tentam su-perar o impasse. A esperança das empresas é que elas sejam incorporadas ao relatório final da medida provisória, para vota-ção no Congresso, e não rece-bam vetos do governo.

“Temos grande interesse em que essas emendas progridam. É

a oportunidade de resolver essas questões”, diz o presidente da Associação dos Produtores Inde-pendentes de Energia Elétrica (Apine), Luiz Fernando Vianna. “Os nossos associados querem manter as concessões.”

Depois de muitas tentativas frustradas, com pedidos de licen-ciamento negados e reformula-ção dos estudos ambientais, boa parte das usinas tem chances de finalmente sair do papel. “Se o governo der o sinal correto, mui-tas delas terão obras iniciadas no ano que vem”, afirma o presiden-te da Votorantim Energia, Otávio Rezende. A empresa é uma das investidoras na hidrelétrica San-ta Isabel. Toda a energia produzi-da pelo projeto será consumida pelos seus próprios acionistas.

O novo licenciamento está em curso e Rezende espera sua apro-vação nos próximos meses. “Dez anos em um processo ambiental não é algo normal, mas agora to-dos os empecilhos foram removidos e temos expectativa de a ra-zão prevalecer. O Brasil não pode abrir mão de um fator de compe-titividade como a energia hidre-létrica”, argumenta o executivo.

Apesar de avanços recentes no licenciamento, a incerteza sobre o futuro dessas usinas fez com que a Empresa de Pesquisa Ener-gética (EPE) afastasse os projetos de seu planejamento setorial, no

plano 2012-2021. Até o ano pas-sado, cinco hidrelétricas tinham previsão de entrada em opera-ção: São João (2018), Cachoeiri-nha (2018), Couto Magalhães (2018), Pai Querê (2020) e Baú I (2020). Na minuta do novo pla-no, divulgado na semana passa-da, a postura foi mais cautelosa.

Esses empreendimentos não foram considerados, segundo a estatal de planejamento, porque “apresentam problemas específi-cos a serem resolvidos para andamento da obra”. “Contudo, per-manecem sendo fiscalizados pe-la Aneel e acompanhados pelo planejador, podendo compor a configuração dos futuros planos, à medida que sejam equaciona-dos seus problemas”, diz a EPE.

Duas usinas —Couto Magalhães (150 MW) e Baú I (110 MW)— têm pedidos de devolução pelas em-presas que arremataram as con-cessões. A Brookfield Energia Renovável desistiu do projeto de Baú I por causa de leis municipais que impediam o licenciamento ambiental da usina. Entre o pedido de devolução e a concordância da Aneel em retomar a concessão, fo-ram 18 meses de trocas de docu-mentos, mas a Brookfield espera uma posição final do ministério sobre o assunto. As emendas par-lamentares à MP 579 preveem a possibilidade de devolução dos proje-tos por esses empreendedores.

Déficit da Previdência aumenta em agosto

Lucas Marchesini

De Brasília

O déficit da Previdência Social foi de R\$ 4,936 bilhões em agosto, um aumento real de 19,3% sobre o resultado do mesmo mês do ano passado (R\$ 4,137 bilhões), com base em correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em valores nominais, o dé-ficit cresceu 25,7% em relação a agosto de 2011, quando os gastos superaram as receitas em R\$ 3,926 bilhões. Os dados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) fo-ram divulgados ontem pelo Minis-tério da Previdência.

O crescimento substancial no déficit já era esperado, explicou o secretário de Políticas de Previ-dência Social, Leonardo Rolim, por duas razões. O aumento de 14% do salário mínimo, de R\$ 545 para R\$ 622 em 2012 é uma das delas. Em agosto começam as an-tecipações do 13º terceiro salário e como o piso para o benefício previdenciário é o salário míni-mo, o valor cresce junto com o seu reajuste. Tal efeito também apare-cerá nas contas de setembro. Outra razão é porque o Tesouro ain-da não compensou a Previdência pela substituição de 20% sobe a folha de pagamento por um per-centual do faturamento.

Com a desoneração da folha de salários, em vigor para alguns setores desde o início do ano, a Previdência deixou de arrecadar

R\$ 1,374 bilhão.

Desse modo, o déficit da Previ-dência nos 12 meses correntes ul-trapassou a meta estipulada para o ano, de R\$ 38 bilhões. Entre setem-bro de 2011 e agosto, o rombo pre-videnciário chegou a R\$ 38,085 bi-lhões, em valores nominais. Ape-sar de o parâmetro já ter sido supe-rado nos 12 meses correntes, ele não será revisto, disse.

Segundo o secretário, caso a compensação já tivesse sido paga pelo Tesouro Nacional, o déficit da Previdência estaria em torno de R\$ 36,6 bilhões.

Rolim explicou que o projeto de lei que trata da compensação e que destina o crédito adicional de R\$ 1,8 bilhão ainda precisa votado pela Comissão Mista de Orçamen-to e, em seguida, pelo plenário do Congresso. Ele lembrou, também, que o Orçamento deste ano prevê um déficit previdenciário de R\$ 39,5 bilhões. “Há uma folga para trabalhar”, disse.

A arrecadação líquida do Regi-me Geral de Previdência foi de R\$ 22,534 bilhões em agosto — elevação real de 4,6% frente a igual período do ano passado, e nomi-nal de 10,2%. As despesas previ-denciárias somaram R\$ 27,470 bi-lhões — acréscimo real de 6,9% em relação a agosto do ano passado e nominal de 12,7%.

Frente a julho, o rombo previ-denciário cresceu 90,4%, em ter-mos reais, ante os R\$ 2,592 bilhões apurados no sétimo mês do ano.

Light prevê autorização para iniciar obras ainda este ano

De Brasília

A Light, que detém a concessão da hidrelétrica de Itaocara, no rio Paraíba do Sul (RJ), espera conse-guir ainda neste ano a licença de instalação para o empreedimen-to. O documento, que pode autori-zar o início das obras depois de 11 anos de idas e vindas, está nas mãos do Ibama. A licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental do projeto, foi dada em dezembro do ano passado. “O investimento previsto é de R\$ 700 milhões a R\$ 800 milhões”, diz o superinten-dente de expansão da geração da Light, Luiz Fernando Guimarães.

O desenho original da usina de Itaocara, cujo contrato de conces-são foi assinado em março de 2001, previa potência instalada de 195 megawatts (MW) e uma área total de alagamento do reservató-rio de 88 km² . Diante das dificul-dades ambientais, o projeto foi di-vidido em duas quedas d’água dis-tintas. A Light ficou com a hidrelé-trica Itaocara I, com 145 MW de potência e 60 km² de área alagada, e colocou a parte remanescente à disposição de interessados em ela-borar novos estudos.

Para Dilma, indicadores mostram recuperação

Guilherme Soares Dias

e Tainara Machado

De São Paulo

Os indicadores econômicos mostram a recuperação do cres-cimento do país, disse ontem, em São Paulo, a presidente Dilma Rousseff. “Esse resultado se deve à perseverança do governo. Não nos contentamos com desempe-nho menor da economia”, disse Dilma, durante discurso para empresários em evento promovi-do pela revista “Carta Capital”. Segundo a presidente, o gover-no adotou medidas de estímulo à economia e tem enfrentado os “gargalos que barram crescimen-to”. Para ela, as intervenções tor-nam o país menos permeável à crise econômica no exterior. “Sa-bemos que não somos uma ilha, mas podemos impedir que crise nos atinja de forma mais dura”, disse, ressaltando ações como desoneração de impostos para alguns setores.

Dilma ressaltou ainda que gover-no tem usado seu poder de compra para fortalecer demanda para a indústria nacional. “Forta-lecemos a demanda para indús-tria nacional, através da sistemá-tica política de conteúdo nacio-nal. O que pode ser produzido no Brasil, deve ser produzido aqui, e complementado por importa-ções”, afirmou.

Dilma defendeu o pacote de energia anunciado pelo governo

Em março, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apro-vou uma série de “recomenda-ções” ao Ministério de Minas e Energia e à Secretaria do Tesouro Nacional, como um prazo adicio-nal de 34 anos para a concessão da usina e isenção do pagamento da taxa de uso do bem público (UBP) até a entrada em operação comercial. Também sugeriu que a UBP fosse reduzida em 25%, mes-ma proporção do encolhimento da potência instalada, com a re-configuração do projeto.

“Infelizmente, a solução parou”, diz Guimarães, que não percebeu avanços no tratamento da ques-tão, no ministério ou no Tesouro. A estimativa da Light é que já gastou mais de R\$ 20 milhões em estudos ambientais e de viabilidade, sem nenhum centavo de retorno. Por isso, o executivo ressalta a impor-tância das mudanças no período da concessão e no adiamento da cobrança de UBP, a fim de não comprometer a equação financei-ra do empreendimento. “Não faz sentido pagar pelo uso do bem públi-co sem nenhuma exploração comercial. E não foi por inoperân-cia nossa”, diz Guimarães. *(DR)*

Governo vai receber R\$ 2,8 bi de dividendos

Edna Simão

De Brasília

O governo federal vai receber, pelo menos, R\$ 2,76 bilhões em dividendos da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em setembro, para compensar a frustração de arrecadação de tributos. Em agosto, o Tesouro Nacional se uti-lizou do resgate antecipado de tí-tulos de empresas estatais fede-rais para alavancar o montante de dividendos recebidos.

A autorização da operação foi feita por meio de duas portarias, publicadas ontem no “Diário Ofi-cial da União”, com a data de sex-ta-feira. O objetivo é que a entra-da de dividendos impacte as con-tas públicas ainda em setembro, ajudando no cumprimento da meta de superávit primário.

De acordo com as portarias, a Caixa vai resgatar antecipadamen-te R\$ 1,5 bilhão de Letras do Tesouro Nacional (LTN), que ven-ceriam em 1º de janeiro de 2013. No caso do BNDES, o resgate será de R\$ 1,26 bilhão em papéis atrela-dos a índice de preços.

Para o ano, o Tesouro Nacio-nal projeta receber R\$ 29 bilhões em dividendos — um recorde. De janeiro a agosto, as empresas estatais federais já transferiram aos cofres públicos R\$ 16,125 bi-lhões. Considerando os R\$ 2,76 bilhões, autorizados por porta-

rias publicadas ontem, esse va-lor sobe para R\$ 18,885 bilhões. Ou seja, entre setembro e de-zeembro, ainda serão repassados R\$ 10,115 bilhões ao Tesouro. Boa parte dos dividendos estão sendo pagos pelos BNDES que, com a operação de ontem, já contribuiu com R\$ 10,620 bi-lhões. A Caixa repassou mais R\$ 3 bilhões.

Na semana passada, o secretário do Tesouro, Arno Augustin, afir-mou que “não há novidade nenhu-ma” no nível de dividendos pagos pelas empresas ao governo. O que está diferente, segundo ele, é que as empresas públicas devam pre-juízo e agora dão lucro.

A antecipação do pagamento de dividendos é um mecanismo adotado pelo Tesouro Nacional para compensar a perda de recei-tas causada pela menor lucrativi-dade das empresas e pelo impac-to de medidas de estímulo econ-ômico como a desoneração da folha de pagamento. No próxi-mo ano, por exemplo, 40 setores econômicos serão beneficiados com a desoneração da folha o que implicará a renúncia de R\$ 12,830 bilhões.

De janeiro a agosto deste ano, a perda de arrecadação foi de R\$ 34 bilhões, segundo o quarto relatório bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, divulgado no mês passado pelo Ministério do Planejamento. *(Co-laborou Azelma Rodrigues)*